



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA Dr. LUÍS MAURÍLIO DA SILVA DANTAS

N.º do Código do Estabelecimento de Ensino 3102-203

Relatório de Gestão | 2025

**ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. LUÍS
MAURÍLIO SILVA DANTAS**

FUNCIONAMENTO NORMAL

0 CONTEÚDO

0	Conteúdo	2
1	NOTA INTRODUTÓRIA.....	4
2	Caracterização da Entidade	5
2.1	CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	5
2.2	Identificação	5
2.3	Localização.....	5
2.4	Tutela: Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia– SRE	6
2.5	Regime Financeiro	6
2.6	Legislação	6
2.7	RECURSOS HUMANOS	6
2.8	Estrutura organizacional	7
a)	Mapa em anexo (1)	7
2.9	Missão.....	9
2.10	Atribuições.....	9
2.11	Visão	10
2.12	Estrutura Interna da Escola	11
2.13	Descrição sumária das atividades.....	11
	Conselho da Comunidade Educativa	11
2.14	Perspetivas Futuras.....	15
3	Recursos Financeiros	17
3.1	Análise da Execução Orçamental	17
	Estrutura e execução da receita.....	18
	Estrutura e execução da despesa	21
	Encargos assumidos e não pagos	24
	Indicadores orçamentais	24
3.2	Ótica de análise das Demonstrações Financeiras	24
	Situação Económica.....	25
	Gastos operacionais.....	25
	Rendimentos operacionais.....	26
	Financiamento da atividade	27
	Apuramento dos Resultados	27
	Demonstração de Resultados	29
	Situação Financeira	30
	Balanço	30

Lançamentos de abertura do exercício	32
3.3 Proposta de aplicação de resultados	32

1 NOTA INTRODUTÓRIA

O presente relatório visa dar cumprimento à Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, que estabelece a aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC – AP), no que concerne ao parágrafo 34 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27, do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

A Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio Silva Dantas, tem como missão, atribuições, visão, organograma e recursos humanos.

Este relatório apresenta uma análise financeira das atividades desenvolvidas pela Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio Silva Dantas no decurso do ano de 2025. A análise tem por base as despesas de funcionamento da escola, que se dividem em três categorias principais: despesas com pessoal, outras despesas correntes e despesas de capital.

Simultaneamente, é efetuada uma análise às despesas do projeto ERASMUS +, designados por Projeto ERASMUS, e das operações de financiamento relacionadas com o Instrumento de Recuperação e Resiliência demonstrando o compromisso da Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio Silva Dantas com a otimização dos recursos financeiros e a utilização eficiente dos fundos recebidos. A escola demonstra uma gestão responsável e transparente das suas finanças, assegurando a utilização adequada dos recursos para o desenvolvimento de projetos e iniciativas que beneficiam a comunidade escolar.

O presente documento serve como relatório de gestão da Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio Silva Dantas para o ano de 2025. Este relatório tem como objetivo apresentar uma visão abrangente das operações da escola, do ambiente em que atua e da sua dinâmica económica e financeira.

O relatório de gestão, constitui um importante instrumento de apoio à gestão desta escola, que pretende fornecer uma imagem fiel e clara dos factos ocorridos no exercício económico em questão, espelhados nas demonstrações financeiras de forma estruturada, tendo em consideração toda a informação relevante que possa ter, em

termos de análise e de avaliação da execução financeira, na ótica da contabilidade orçamental e financeira.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio Silva Dantas é um organismo público, dotado de autonomia administrativa tendo como missão a educação e formação.

Estatui o artigo 46.º do Orçamento da RAM para 2025 que durante o ano de 2025, ficam suspensos os fundos escolares previstos nos artigos 31.º a 34.º do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2000/M, de 31 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, de 21 de junho, nas escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário da Região Autónoma da Madeira”, neste caso na Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio Silva Dantas. A fusão por incorporação existe quando uma ou mais entidades, com extinção da sua personalidade jurídica, passam a fazer parte integrante de uma outra, que assume a totalidade dos direitos e obrigações das incorporadas.

2.2 IDENTIFICAÇÃO

Designação: ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. LUÍS MAURÍLIO SILVA DANTAS

Número de Identificação Fiscal: 671001256

2.3 LOCALIZAÇÃO

Morada: Rua Joaquim Pestana Júnior nº 02, 9300-145 Cª de Lobos

Telefone: 291 649 100

E-mail: ebscarmo@edu.madeira.gov.pt

Classificação Orgânica: Funcionamento Normal 43 0 01 07 18

Investimento 43 9 50 07 18

2.4 TUTELA: SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA– SRE

2.5 REGIME FINANCEIRO

Natureza Jurídica: Pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa.

2.6 LEGISLAÇÃO

Constituição: Portaria nº Portaria nº 66/92, de 25 de Fevereiro

Pela Portaria n.º 85/99, publicada a 12 de maio de 1999 no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira foi criada a Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Carmo.

Pelo Despacho número 95/2001 de 11 de dezembro de 2001 a Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Carmo passou a denominar-se Escola Básica e Secundária do Carmo.

Pela Resolução do Governo Regional nº 1546/2011, de 14 de novembro de 2011 a Escola Básica e Secundária do Carmo passa a denominar-se Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio da Silva Dantas

Orgânica e Funcionamento: Decreto Legislativo Regional nº. 4/2000/M de 31 de janeiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº. 21/2006/M, de 21 de junho.

Orgânica e Funcionamento: Decreto Legislativo Regional nº. 4/2000/M de 31 de janeiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº. 21/2006/M, de 21 de junho.

2.7 RECURSOS HUMANOS

A 31 de dezembro de 2025 a Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio Silva Dantas, contava com 188 colaboradores, distribuídos de acordo com o Quadro 1

Categoria	Total
-----------	-------

Pessoal Docente	127
Técnicos Superiores	3
Técnicos de Sistemas e Tecnologias de Informação	2
Coordenador Técnico	1
Encarregado Operacional	1
Assistente Técnicos	15
Assistentes Operacionais	31
Técnicas de Apoio à Infância	2

Quadro 1 – Colaboradores da Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio Silva Dantas

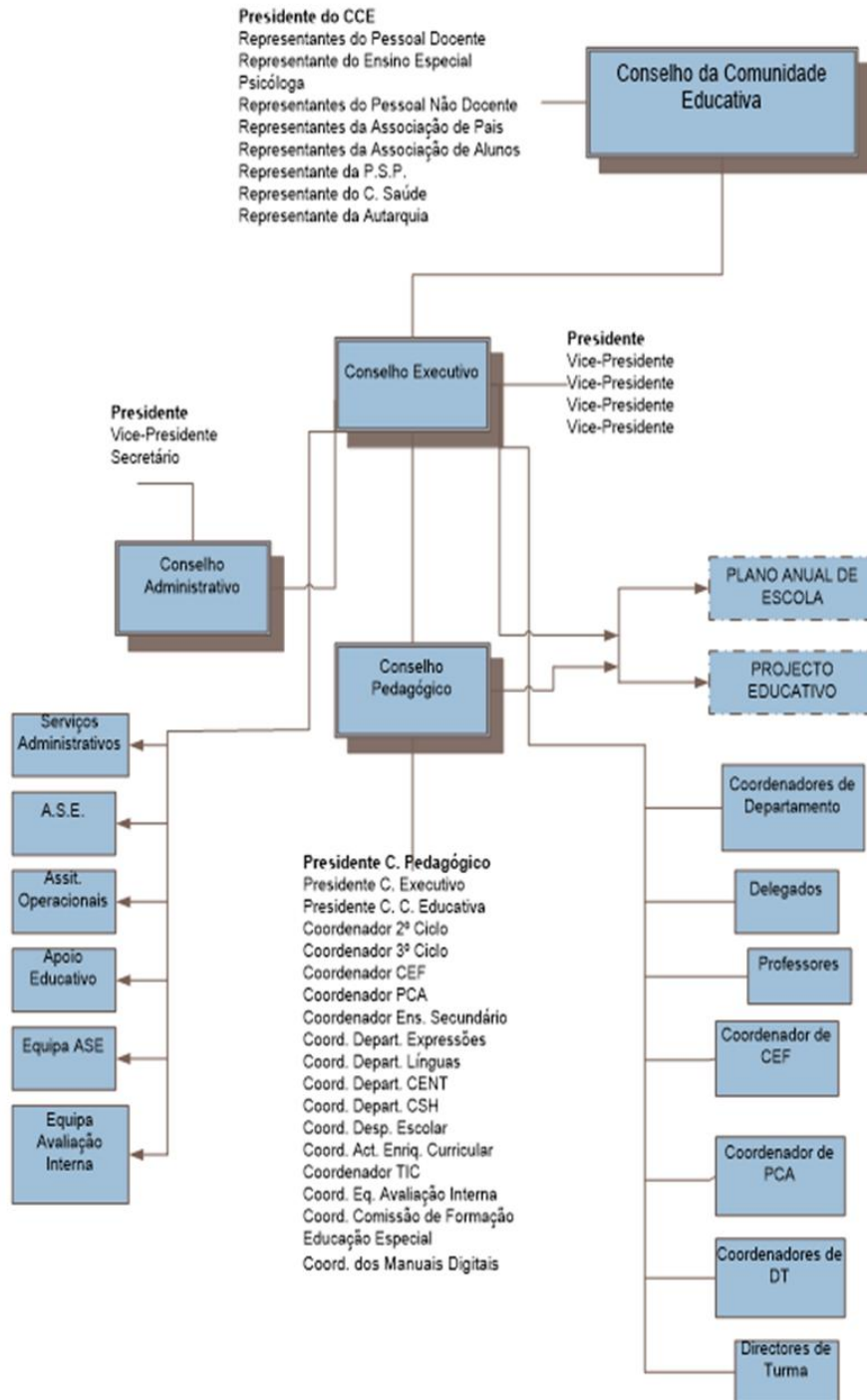
De acordo com o **Quadro 2**, verifica-se que o pessoal docente (68%) juntamente com os técnicos superiores (1.6%) representam 69.6%, o que significa que a Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio Silva Dantas, na sua maioria é constituído por pessoal com elevada competência técnica.

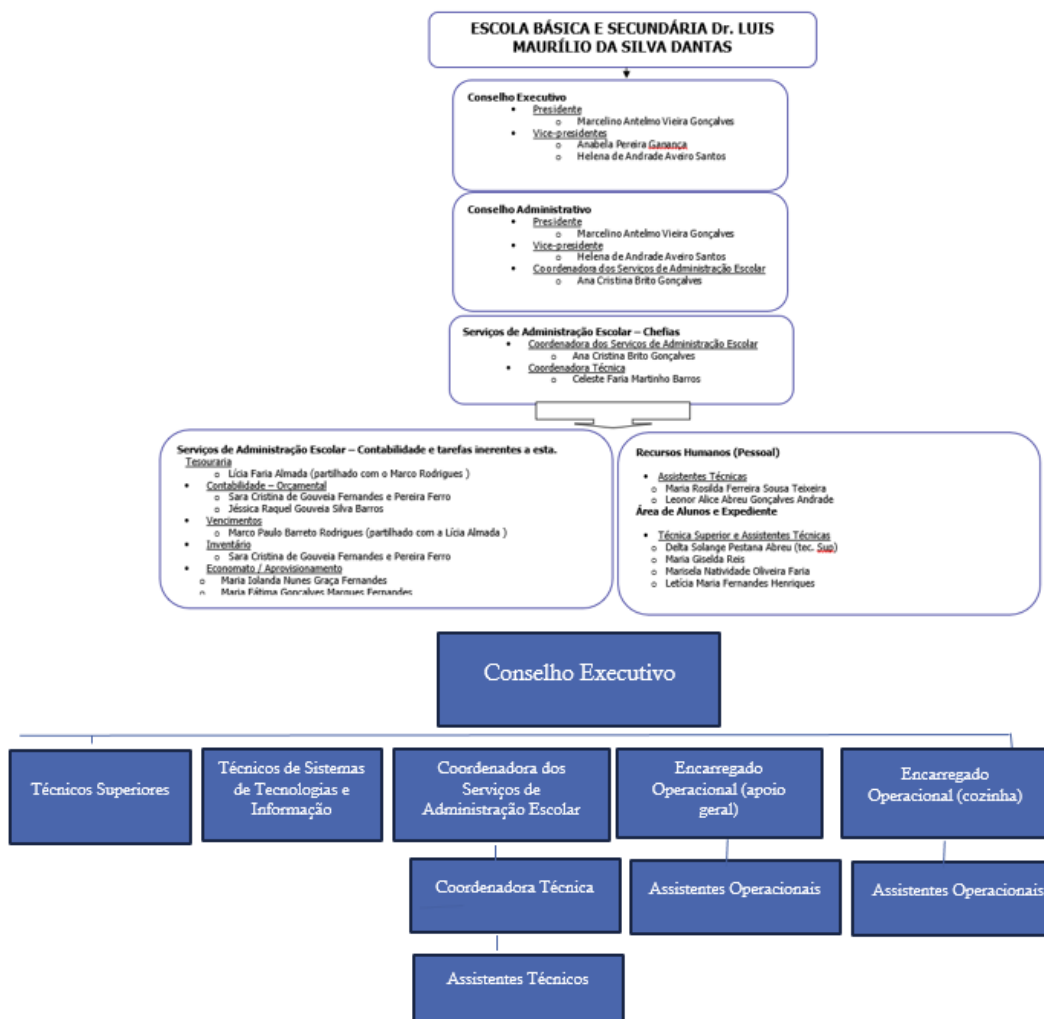
Este quadro apresenta a distribuição dos colaboradores pelas diversas unidades que constituem Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio da Silva Dantas

2.8 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O organigrama da escola compõe-se dos órgãos de direção administração e gestão, estruturas de orientação educativa, estruturas de apoio educativo e outras, segundo o esquema seguinte:

O organograma da Escola incluindo os órgãos de natureza consultiva e de fiscalização





2.9 Missão

A Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio Silva Dantas, tem por missão criar condições de promoção de sucesso educativo a todos os alunos de forma livre e autónoma alicerçada em valores morais, éticos e culturais.

Em termos de missão, temos como objetivo educar e formar pessoas e cidadãos, atendendo à individualidade de cada aluno, otimizando o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, físico e social, de forma a se tornarem cidadão críticos e conscientes dos seus deveres e direitos, tornando-os capazes de fazerem diferença perante a sociedade. Sendo uma escola reconhecida por valorizar o conhecimento, pelo excelente ambiente e humanismo, e também pelo sentido de responsabilidade e exigência,

pretende que os alunos consigam os seus objetivos profissionais, tanto no prosseguimento dos estudos como no acesso ao mundo do trabalho.

De acordo com o estipulado no Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, a Escola Básica e Secundária no poder da sua autonomia tem a competência administrativa e educativa de tomar decisões nos domínios estratégico, pedagógico, administrativo, financeiro e organizacional em consonância com o Projeto Educativo, sendo a sua principal atividade o ensino básico e secundário.

2.10 ATRIBUIÇÕES

Escola é constituída pelo Conselho da Comunidade Educativa, Diretor e Adjuntos, Conselho Pedagógico e Conselho Administrativo, e por estruturas de orientação educativa, estruturas de apoio educativo e outras conforme organigrama acima, cujas atribuições são as previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M.

2.11 VISÃO

A Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio Silva Dantas tem como visão promover a formação de cidadãos humanistas, críticos e conscientes dos seus deveres e direitos, onde seja dada ênfase à competência de aprender de forma autónoma para que, ao longo da vida, deem respostas eficazes às exigências de um planeta onde os desafios de sustentabilidade colocam-se diariamente, onde os avanços científicos e tecnológicos evoluem a um ritmo alucinante, impulsionando o aparecimento de novas profissões e o desaparecimento de outras, onde as relações laborais sofrerão profundas readaptações e no qual uma profissão para a vida inteira poderá ser uma miragem, tendo presente os desafios os desafios que se colocam ao município de Câmara de Lobos ao nível demográfico, ambiental e económico.

A escola centra-se em ser reconhecida como uma instituição que promove o sucesso académico e profissional dos seus alunos, dando uso às novas tecnologias e recurso a material didático para os alunos com algumas necessidades educativas especiais, reforçar a qualidade de ensino, a fim de combater o absentismo e o abandono escolar,

assim como ter as famílias informadas sobre o percurso escolar dos seus educandos, de modo a que possamos caminhar no mesmo sentido, presenteando o melhor para cada estudante.

.Valores

Competência - valorização dos melhores, quando estes, pelas suas atitudes e desempenho, promovem a valorização do coletivo, potenciando a melhoria contínua do serviço prestado à comunidade - Exigência - promoção de uma atitude de rigor, considerada como condição necessária para o desenvolvimento pessoal e profissional de cada um.

Espírito de equipa – respeito pela dignidade individual de todos os membros da comunidade educativa, associado a comportamentos de partilha e entajuda - Responsabilidade – assunção dos deveres e direitos inerentes ao serviço comunitário público prestado e na realização das tarefas individuais e coletivas.

Integridade – estabelecimento de relações interpessoais de confiança e colaboração, processo fundamental num serviço educativo de qualidade - Inovação – implementação de novos métodos e técnicas educativas, administrativas e de gestão essenciais ao eficiente funcionamento da escola.

2.12 ESTRUTURA INTERNA DA ESCOLA

Através do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M e do regulamento interno, foram aprovados os estatutos da Escola definindo-se a sua estrutura interna, as competências dos seus órgãos, serviços e o respetivo modo de funcionamento.

A organização interna dos serviços da escola obedece ao modelo de estrutura, constituída por Conselho da Comunidade Educativa, Conselho Executivo, Conselho Pedagógico e Conselho Administrativo.

2.13 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

Conselho da Comunidade Educativa

Conselho da Comunidade Educativa é o órgão de direção responsável pela definição da política educativa da escola, com respeito pelos princípios consagrados na Constituição da República, na Lei de Bases do Sistema Educativo e no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira. O Conselho da Comunidade Educativa é o órgão de participação e representação da comunidade educativa.

As competências do Conselho da Comunidade Educativa são as previstas no artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Eleger o respectivo presidente de entre os seus membros docentes;
- b) Aprovar o projecto educativo da escola, acompanhar e avaliar a sua execução;
- c) Aprovar o regulamento interno da escola;
- d) Dar parecer sobre o plano anual de escola, verificando da sua conformidade com o projecto educativo;
- e) Apreciar os relatórios periódicos e o relatório final de execução do plano anual de escola;
- f) Dar parecer sobre as linhas orientadoras de elaboração do orçamento;
- g) Dar parecer sobre as contas de gerência;
- h) Apreciar os resultados do processo de avaliação interna e externa da escola, propondo e promovendo as medidas tendentes à melhoria da qualidade do serviço público de educação;
- i) Promover e incentivar o relacionamento no seio da comunidade educativa;
- j) Propor aos órgãos competentes e colaborar activamente em actividades necessárias à formação para a participação e para a responsabilização dos diversos sectores da comunidade educativa, designadamente na definição e prestação de apoio sócio-educativo;
- l) Propor e colaborar activamente em actividades de formação cívica e cultural dos seus representantes;
- m) Nomear e dar posse aos membros do conselho executivo ou director e adjuntos;
- n) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

O Conselho da Comunidade Educativa de acordo com a legislação em vigor é constituído por dezassete elementos:

Designação	Nº de participantes
Presidente do Conselho da Comunidade Educativa	1
Presidente do conselho executivo	1
Presidente do conselho pedagógico	1
Representante de Pessoal docente	6
Representante serviços de psicologia e orientação vocacional	1
Representantes do pessoal não docente	2
Representantes de Associação de Pais	2
Representante da polícia da segurança pública	1
Representante da autarquia	1
Representante do centro de saúde	1
	Total = 17

O presidente do conselho executivo e o presidente do conselho pedagógico participam nas reuniões, sem direito a voto.

Conselho Executivo

Conselho Executivo da escola é o órgão de gestão da escola nas áreas pedagógica, cultural, administrativa e financeira e é assegurado por um órgão colegial.

O Conselho Executivo é constituído por 3 elementos, 1 presidente e 2 Vice-presidentes.

Para além das competências previstas na lei, compete ao conselho executivo:

- Autorizar a entrada na escola de pessoas não pertencentes à comunidade escolar;
- Autorizar a afixação de cartazes e demais informação nos locais designados para o efeito;
- Autorizar a aplicação na escola de qualquer tipo de questionários, análise documental e realização de entrevistas quer a nível interno quer por solicitação de entidades externas;
- Mobilizar e coordenar os recursos educativos existentes, com base na avaliação formativa dos alunos e sob proposta do conselho de turma, com vista a desencadear respostas adequadas às necessidades dos alunos;
- Dirigir superiormente os serviços administrativos, técnicos e técnico – pedagógicos;
- Gerir o crédito global de horas que inclua a componente letiva, o exercício

de cargos de administração, gestão e orientação educativa e ainda o desenvolvimento de projetos de ação e inovação;

- Intervir no processo de avaliação do desempenho do pessoal docente nos termos da legislação em vigor.

Compete ao conselho executivo, ouvido o conselho pedagógico:

- a) Submeter à aprovação do conselho da comunidade educativa o projecto educativo da escola, mediante a constituição de equipa por si designada para o efeito;
- b) Elaborar e submeter à aprovação do conselho da comunidade educativa o regulamento interno da escola.

No plano da gestão pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, compete ao conselho executivo, em especial:

- a) Definir o regime de funcionamento da escola;
- b) Elaborar o projecto de orçamento, ouvido o conselho da comunidade educativa;
- c) Elaborar o plano anual de escola e aprovar o respectivo documento final, ouvidos os conselhos da comunidade educativa e pedagógico;
- d) Elaborar os relatórios periódicos e final de execução do plano anual de escola;
- e) Superintender na constituição de turmas e na elaboração de horários;
- f) Distribuir o serviço docente e não docente;
- g) Designar os directores de turma;
- h) Planear e assegurar a execução das actividades no domínio da acção social escolar;
- i) Gerir as instalações, espaços e equipamentos, bem como os outros recursos educativos;
- j) Estabelecer protocolos e celebrar acordos de cooperação ou de associação com outras escolas e instituições de formação, autarquias, colectividades e outras entidades;
- l) Proceder à selecção e recrutamento de pessoal docente e não docente, salvaguardado o regime legal de concursos;
- m) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

Conselho Pedagógico

O Conselho Pedagógico é o órgão de orientação e coordenação educativa da escola, nomeadamente no domínio pedagógico-didático e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente, e compete-lhe o estatuido no artigo 23.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Eleger o respectivo presidente de entre os seus membros docentes;
- b) Aprovar o projecto educativo da escola, acompanhar e avaliar a sua execução;
- c) Aprovar o regulamento interno da escola;
- d) Dar parecer sobre o plano anual de escola, verificando da sua conformidade com o projecto educativo;
- e) Apreciar os relatórios periódicos e o relatório final de execução do plano anual de escola;
- f) Dar parecer sobre as linhas orientadoras de elaboração do orçamento;
- g) Dar parecer sobre as contas de gerência;
- h) Apreciar os resultados do processo de avaliação interna e externa da escola, propondo e promovendo as medidas tendentes à melhoria da qualidade do serviço público de educação;
- i) Promover e incentivar o relacionamento no seio da comunidade educativa;
- j) Propor aos órgãos competentes e colaborar activamente em actividades necessárias à formação para a participação e para a responsabilização dos diversos sectores da comunidade educativa, designadamente na definição e prestação de apoio sócio-educativo;
- k) Propor e colaborar activamente em actividades de formação cívica e cultural dos seus representantes;
- l) Nomear e dar posse aos membros do conselho executivo ou director e adjuntos;
- m) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

O Conselho Pedagógico é o órgão de orientação e coordenação educativa da escola, nomeadamente no domínio pedagógico-didático e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente, e compete-lhe :

- Verificar o grau de cumprimento dos programas;
- Analisar o sucesso educativo;

- Fazer o acompanhamento pedagógico e avaliação dos projetos pedagógicos aprovados por este órgão;
- Fazer o acompanhamento do funcionamento da equipa de apoio socioeducativo;
- Aprovar a calendarização de reuniões intercalares e de avaliação de final de período.

O conselho pedagógico é constituído pelos seguintes elementos:

Composição do Conselho Pedagógico	Nº de representantes
Presidente do Conselho Executivo	1
Presidente do conselho da comunidade educativa	1
Presidente do Conselho Pedagógico	1
Coordenador do departamento de línguas	1
Coordenador do departamento de ciências humanas e sociais	1
Coordenador do departamento de ciências exatas e da natureza e tecnologias	1
Coordenador do departamento de expressões	1
Coordenador do 2.º Ciclo	1
Coordenador do 3.º Ciclo	1
Coordenador do ensino secundário, dos CEF e Ensino Profissional	1
Coordenador da Equipa de Formação	1
Coordenador dos Manuais Digitais	1
Coordenador das tecnologias de informação e comunicação (TIC)	1
Coordenador do Desporto Escolar	1
coordenador da equipa de autoavaliação	1
Coordenador dos projetos de promoção do sucesso escolar	1
Serviços especializados de apoio educativo	1
	Total = 17

Podem ser chamados a integrar as reuniões do conselho pedagógico, sem direito a voto, outros docentes de áreas específicas, técnicos específicos, técnicos especialistas ou pessoas de reconhecido interesse para as matérias em discussão.

Conselho Administrativo

O Conselho Administrativo é o órgão deliberativo em matéria administrativo da escola, nos termos da legislação em vigor. Compete ao Conselho Administrativo o estabelecido no artigo 28.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Aprovar o projecto de orçamento anual da escola;

- b) Elaborar o relatório de contas de gerência;
- c) Autorizar a realização de despesas e o respectivo pagamento, fiscalizar a cobrança de receitas e verificar a legalidade da gestão financeira da escola;
- d) Zelar pela actualização do cadastro patrimonial da escola;
- e) Exercer as demais competências que lhe estão legalmente cometidas.

Compete ainda a este órgão:

- Autorizar medidas de apoio à persecução do projeto educativo e do plano anula de escola;
- Deliberar sobre a utilização dos recursos materiais e financeiros disponíveis com vista ao sucesso educativo;
- Elaborar ou rever o regimento interno nos primeiros 30 dias do mandato.

O conselho administrativo é composto pelo presidente do conselho executivo, por um dos vice- presidentes e pelo responsável pela chefia dos serviços administrativos

3 RECURSOS FINANCEIROS

Este capítulo tem como objetivo analisar e reportar os aspetos mais relevantes do desempenho orçamental e financeiro da Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio Silva Dantas no ano económico de 2025. A análise será baseada nas demonstrações financeiras da escola, com destaque para a evolução das suas principais componentes.

3.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Orçamento da receita

Este capítulo tem como objetivo analisar a receita cobrada da Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio Silva Dantas no ano económico de 2025. A análise se baseia nos dados disponibilizados, com destaque para o montante global arrecadado, a comparação com as previsões corrigidas e a desagregação por fonte de receita.

No ano económico de 2025, a receita cobrada registou um montante global de 8 714 789,80 EUR, a que corresponde 99,30% face às previsões corrigidas, desagregada em transferências do orçamento da Orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Considerando o “Anexo X”, emitido pela DROT através da Circular nº 4/ORÇ/2024, de 23 de agosto, a fonte de financiamento (FF) com maior expressividade são as provenientes das transferências correntes do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, respetivamente a fonte financiamento 311.

Estrutura e execução da receita

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. LUIS MAURILIO DA SILVA DANTAS-CARMO		Estrutura e execução da Receita					
		SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas					
RECEITA	Dados						
		Previsões iniciais	Previsões corrigidas	Liquidações emitidas	Liquidações recebidas	Estrutura Receita	Execução Receita
CORRENTES		8 676 498,00	8 710 953,00	8 673 049,45	8 673 049,45	99,52%	99,56%
Esforço financeiro nacional (OE)		8 324 886,00	8 322 686,00	8 294 019,60	8 294 019,60	95,17%	99,66%
311							
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		8 052 531,00	8 050 331,00	8 037 620,52	8 037 620,52	92,23%	99,84%
381							
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		157 708,00	157 708,00	134 964,83	134 964,83	1,55%	85,58%
386							
07-VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES		104 197,00	109 215,00	116 002,25	116 002,25	1,33%	106,21%
08-OUTRAS RECEITAS CORRENTES		10 000,00	5 242,00	5 242,00	5 242,00	0,06%	100,00%
04-TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES		450,00	190,00	190,00	190,00	0,00%	100,00%
Financiamento da UE		351 612,00	388 267,00	379 029,85	379 029,85	4,35%	97,62%
483							
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		277 430,00	277 430,00	255 358,89	255 358,89	2,93%	92,04%
484							
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		74 182,00	74 182,00	56 178,96	56 178,96	0,64%	75,73%
439							
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		-	36 655,00	67 492,00	67 492,00	0,77%	184,13%
CAPITAL		47 000,00	47 000,00	23 278,06	23 278,06	0,27%	49,53%
Esforço financeiro nacional (OE)		47 000,00	47 000,00	23 278,06	23 278,06	0,27%	49,53%
381							
10-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		47 000,00	47 000,00	23 278,06	23 278,06	0,27%	49,53%
OUTRAS RECEITAS		-	18 463,00	18 462,29	18 462,29	0,21%	100,00%
Esforço financeiro nacional (OE)		-	11 609,00	11 608,29	11 608,29	0,13%	99,99%
386							
16-SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		-	11 609,00	11 608,29	11 608,29	0,13%	99,99%
Financiamento da UE		-	6 854,00	6 854,00	6 854,00	0,08%	100,00%
439							
16-SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		-	6 854,00	6 854,00	6 854,00	0,08%	100,00%
Total Geral		8 723 498,00	8 776 416,00	8 714 789,80	8 714 789,80	100,00%	99,30%

Quadro n.º 1 – Estrutura e execução da Receita

O Quadro 1 - "Estrutura de Execução da Receita" oferece uma visão abrangente da composição das receitas da escola, categorizadas em três grupos principais: receitas correntes, receitas de capital e outras receitas.

A análise baseia-se nos dados disponibilizados, destacando as fontes de receita, as previsões iniciais e corrigidas, a receita liquidada e cobrada, bem como o grau de execução.

A receita da escola concentra-se basicamente nas receitas correntes, que representam a maior parte dos seus recursos financeiros, com maior evidência nas originárias do esforço financeiro nacional, isto é, as receitas provenientes do orçamento de estado e as receitas provenientes do financiamento da UE.

Relativamente às receitas provenientes do esforço financeiro nacional destacam-se as receitas gerais não afetas a projetos cofinanciados, maioritariamente procedentes do agrupamento económico das transferências correntes das fontes financiamento 311 e 381. A receita originária deste agrupamento económico na fonte de financiamento 311 determinou inicialmente uma previsão no montante global de 8 052 531,00 EUR, a qual no decorrer do exercício económico passou para uma previsão corrigida no montante global de 8 050 331,00 EUR. A receita liquidada deste agrupamento na fonte financiamento 311, foi no montante global de 8 037 620,52 EUR e a receita cobrada no mesmo montante, apresentando assim um grau de execução significativo de 99,84%.

Relativamente à fonte financiamento 381 inicialmente com uma previsão no montante global de 157 708,00 EUR, a qual no decorrer do exercício económico passou para uma previsão corrigida no montante global de 157 708,00 EUR. A receita liquidada deste agrupamento na fonte financiamento 381, foi no montante global de 134 964,83 EUR e a receita cobrada no mesmo montante, apresentando assim um grau de execução significativo de 85,58%.

De modo análogo a estas receitas, existem também as receitas com proveniência nas receitas gerais - dotação com compensação, receita da fonte de financiamento 386, com principal relevância para as originárias do agrupamento das vendas de bens e serviços correntes, apresentando uma previsão inicial de 104 197,00 EUR, ao longo do exercício económico passou para previsão corrigida de 109 215,00 EUR. No final do exercício económico apresentou um montante global de 116 002,25 EUR de receita liquidada e cobrada. Seguindo-se do agrupamento de outras receitas correntes, apresentando um montante inicial de 10 000,00 EUR, ao longo do exercício económico esta previsão foi corrigida para 5 242,00 EUR, e no final do exercício económico apresentou um montante global de 5 242,00 EUR de receita liquidada e cobrada. A categoria das taxas, multas e outras penalidades apresentou uma previsão inicial no montante de 450,00 EUR, que passou para previsão corrigida de 190,00 EUR e no final

do exercício económico apresentou um montante global de 190,00 EUR de receita liquidada e cobrada.

Analisando as receitas de capital, provenientes do esforço financeiro nacional destacam-se o agrupamento económico das transferências de capital apresentando um montante de previsão inicial de 47 000,00 EUR e um montante de previsão corrigida de 47 000,00 EUR. No final do exercício económico apresentou um montante global de 23 278,06 EUR de receita liquidada e cobrada.

Tendo em conta, as receitas provenientes do financiamento da UE da fonte de financiamento 439 - ERASMUS, referentes ao agrupamento económico das transferências correntes, estas apresentam uma previsão corrigida de 36 655,00 EUR e receita liquidada e cobrada 67 492,00 EUR.

No que diz respeito às receitas provenientes do financiamento da UE, as receitas referentes ao agrupamento económico das transferências correntes da fonte financiamento 483 registaram uma previsão inicial no montante de 277 430,00 EUR, mantendo-se o montante de previsão corrigida. No final do exercício económico registou uma receita liquidada e cobrada um montante de 255 358,89 EUR.

Considerando-se ainda as receitas da fonte de financiamento 484, que iniciaram com uma previsão no montante de 74 182,00 EUR, e durante o exercício económico mantiveram o montante de previsão corrigida, sendo que, a 31 de dezembro de 2025, a escola apurou um montante global de 56 178,96 EUR de receita liquidada e cobrada.

Por fim, as outras receitas provenientes do esforço financeiro nacional, respeitantes às receitas da fonte financiamento 386 de saldos da gerência anterior, iniciaram com uma previsão corrigida de 11 609,00 EUR e no encerramento do exercício económico, as receitas totais somaram o montante de 11 608,29 EUR. No que concerne às receitas da fonte financiamento 439 de saldos da gerência anterior, iniciaram com uma previsão corrigida de 6 854,00 EUR e no encerramento do exercício económico, as receitas totais somaram o montante de 6 854,00 EUR.

Orçamento da despesa

A execução de despesa está diretamente relacionada com necessidades de funcionamento da escola, decorrente do projeto educativo e plano de atividades da

escola, podendo a mesma, ser influenciada de forma positiva pela eficiência dos órgãos de administração e gestão, mas por outro lado, pelo desempenho das estruturas de orientação educativa e estruturas de apoio educativo.

Estrutura e execução da despesa

A despesa executada no orçamento relativo ao exercício de 2025 ascendeu ao montante total de 8 671 559,11 EUR, o que correspondeu a uma taxa de execução orçamental de 98,81% do orçamento corrigido.

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. LUIS MAURILIO DA SILVA DANTAS-CARMO		Estrutura e execução da Despesa					
		SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas					
DESPESA		Dados Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Obrigações processadas	Obrigações pagas	Estrutura Despesa	Execução Despesa
CORRENTES		8 676 498,00	8 729 416,00	8 648 281,05	8 648 281,05	99,73%	99,07%
Esforço financeiro nacional (OE)		8 324 886,00	8 334 295,00	8 293 235,60	8 293 235,60	95,64%	99,51%
311							
01-DESPESAS COM O PESSOAL		8 019 551,00	8 025 091,00	8 012 381,84	8 012 381,84	92,40%	99,84%
04-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		32 980,00	25 240,00	25 238,68	25 238,68	0,29%	99,99%
381							
02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES		157 658,00	157 658,00	134 964,83	134 964,83	1,56%	85,61%
03-JUROS E OUTROS ENCARGOS		50,00	50,00	-	-	0,00%	0,00%
386							
02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES		114 471,00	125 840,00	120 344,66	120 344,66	1,39%	95,63%
06-OUTRAS DESPESAS CORRENTES		176,00	416,00	305,59	305,59	0,00%	73,46%
Financiamento da UE		351 612,00	395 121,00	355 045,45	355 045,45	4,09%	89,86%
483							
02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES		277 430,00	277 430,00	255 358,89	255 358,89	2,94%	92,04%
484							
02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES		74 182,00	74 182,00	56 178,96	56 178,96	0,65%	75,73%
439							
04-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		-	43 509,00	43 507,60	43 507,60	0,50%	100,00%
CAPITAL		47 000,00	47 000,00	23 278,06	23 278,06	0,27%	49,53%
Esforço financeiro nacional (OE)		47 000,00	47 000,00	23 278,06	23 278,06	0,27%	49,53%
381							
07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		47 000,00	47 000,00	23 278,06	23 278,06	0,27%	49,53%
Total Geral		8 723 498,00	8 776 416,00	8 671 559,11	8 671 559,11	100,00%	98,81%

Quadro n.º 2 – Estrutura e execução da Despesa

Neste orçamento, a despesa executada distribui-se por diversas fontes de financiamento.

A despesa executada concentrou-se basicamente nas despesas correntes e despesas de capital.

A maior relevância verifica-se para as despesas contabilizadas no esforço financeiro nacional no agrupamento das despesas correntes, na fonte financiamento 311, representando assim um peso considerável no orçamento de despesa, com principal destaque para o agrupamento económico das despesas com pessoal, apresentando uma dotação inicial de 8 019 551,00 EUR no agrupamento 01 e de

32 980,00 EUR no agrupamento 04. No período em análise contabilizou um montante de 8 025 091,00 EUR de dotação corrigida no agrupamento 01 e de 25 240,00 EUR no agrupamento 04. No encerramento do exercício económico, as obrigações processadas e pagas no agrupamento 01 foram de 8 012 381,84 EUR, enquanto no agrupamento 04 totalizaram o montante de 25 238,68 EUR, absorvendo um total de 99,84% e de 99,99%, respetivamente, do total da despesa executada tornando as restantes despesas pouco expressivas. A parte mais significativa desta despesa executada está diretamente relacionada com as remunerações certas e permanentes e as Contribuições para Segurança Social no montante global de 7 852.599,69 EUR. (vide valores no DDORC)

Relativamente à fonte financiamento 381 na aquisição de bens e serviços correntes, inicialmente com uma despesa orçamentada no montante global de 157 658,00 EUR, a qual no decorrer do exercício económico ajustada para uma dotação corrigida no montante global de 157 658,00 EUR. Ao longo do exercício económico apresentou obrigações processadas no montante de 134 964,83 EUR e pagas no mesmo montante, absorvendo 85,61% do total da despesa executada. Ainda relativamente à fonte de financiamento 381, os juros e outros encargos apresentaram dotações iniciais no montante de 50,00 EUR, mantendo o montante na dotação corrigida. No final do exercício económico apresentou um montante global de 0,00 EUR de obrigações processadas e pagas.

As despesas contabilizadas no esforço financeiro nacional, como despesas de capital inerentes à fonte de financiamento 381, apresentam uma dotação inicial no montante de 47 000,00 EUR e uma dotação corrigida no montante de 47 000,00 EUR. Concluído o exercício económico, a escola apurou um montante global de obrigações processadas e pagas de 23 278,06 EUR.

A despesa na fonte financiamento 386 concentrou-se basicamente nas despesas correntes, com principal destaque para o agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes com uma dotação inicial no montante de 114 471,00 EUR, ao longo do exercício económico foi ajustada para uma dotação corrigida de 125 840,00 EUR. No final do exercício apresentou um montante global de obrigações processadas de 120 344,66 EUR e pagas no mesmo montante. Seguindo-se do agrupamento das outras despesas correntes, apresentando um montante inicial de 176,00 EUR e corrigido de

416,00 EUR. Ao longo do exercício económico as obrigações processadas apresentaram um montante de 305,59 EUR, e no final do exercício económico apresentou o mesmo montante global de obrigações pagas.

Tendo em conta, as despesas efetuadas com financiamento da UE na fonte de financiamento 439 – ERASMUS, estas apresentam um montante 43 509,00 EUR de dotação corrigida, no período em análise contabilizou um montante de 43 507,60 EUR de obrigações processadas e pagas.

Relativamente às despesas com fonte de financiamento 483 no agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes aquisição de bens e serviços correntes, apresentaram uma dotação inicial de 277 430,00 EUR, mantendo como dotação corrigida e no final do exercício económico alcançaram um montante de 255 358,89 EUR de obrigações processadas e pagas.

No período de 2025 as despesas com a fonte de financiamento 484 no agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes aquisição de bens e serviços correntes, apresentaram uma dotação inicial e corrigida de 74 182,00 EUR e durante o exercício económico ajustaram para um montante de 56 178,96 EUR de obrigações processadas e pagas.

Evolução da despesa

A despesa paga no orçamento relativo ao exercício de 2025 ascendeu ao montante global de 8 671 559,11 EUR.

No período de 2025, a despesa paga referente à fonte financiamento 311, concentrou-se basicamente nas despesas correntes. O pagamento nas despesas correntes foi de 8 648 281,05 EUR com maior reflexo no agrupamento económico de despesas com o pessoal, nomeadamente no agrupamento 01 num total de 8 012 381,84 EUR e no agrupamento 04 no montante de 25 238,68 EUR, perfazendo um total de 8 037 620,52 EUR. Seguindo-se a despesa relativa à fonte financiamento 381, apenas no agrupamento económico das aquisições de bens e serviços correntes, correspondendo ao montante de 134 964,83 EUR de despesa paga.

As despesas contabilizadas como despesas de capital inerentes à fonte de financiamento 381, apresentaram obrigações pagas no montante de 23 278,06 EUR.

A despesa paga da fonte financiamento 386 concentrou-se basicamente nas despesas correntes, com principal destaque para o agrupamento económico das aquisições de bens e serviços correntes ascendendo a uma despesa paga no montante de 120 344,66 EUR. Seguindo-se do agrupamento das outras despesas correntes, apresentando um montante de obrigações pagas de 305,59 EUR.

As despesas pagas na fonte financiamento 439 referentes ao projeto Erasmus apresentaram um montante pago de 43 507,60 EUR.

Em seguida, na fonte de financiamento 483 temos de despesa paga no agrupamento económico das aquisições de bens e serviços correntes um montante de 255 358,89 EUR.

Por fim, a fonte de financiamento 484 apresentou despesa paga no agrupamento económico das aquisições de bens e serviços correntes num montante de 56 178,96 EUR.

Encargos assumidos e não pagos

– Não se registaram encargos assumidos e não pagos (EANP) no final do exercício económico de 2025, como também a ausência de compromissos assumidos no e não pagos por falta de emissão da fatura do fornecedor.

Indicadores orçamentais

Indicador	Formula de cálculo	2025	2024	Var %
Grau de Execução Orçamental da Receita (%)	Receita cobrada Líquida/Previsões corrigidas	99,3%	98,9%	0%
Grau de Execução Orçamental da Despesa (%)	Despesa paga líquida / Dotações corrigidas	98,8%	98,7%	0%
Grau de Realização das Liquidações (%)	Recebimentos / Liquidações	100,0%	100,0%	0%
Grau de execução das Obrigações (%)	Pagamentos / Obrigações	100,0%	99,7%	0%
Indicador de estrutura da receita efetiva	Receita cobrada efetiva/ Total receita cobrada efetiva	99,9%	100,0%	0%
Indicador de estrutura da despesa efetiva	Despesa paga efetiva/ Total despesa paga efetiva	98,8%	98,6%	0%
Saldo Corrente	Receita corrente - Despesa corrente	24 768,40	2 047,71	1110%
Saldo de Capital	Receita de capital - Despesa de capital	-	-	
Saldo Primário	Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	24 768,40	2 086,63	1087%
Saldo Global	Receita efetiva - Despesa efetiva	24 768,40	2 047,71	1110%

Quadro n.º 3 – Indicadores orçamentais

3.2 ÓTICA DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Neste relato serão analisados os factos que julgamos mais pertinentes, comentando-se os aspetos que consideramos mais relevantes.

A realidade económica e financeira da Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio Silva Dantas é particularmente uniforme na sua dinâmica ao longo dos últimos exercícios económicos, onde se pode verificar que o financiamento da sua atividade principal assenta fundamentalmente, como já foi referido anteriormente, nas transferências do Orçamento da RAM.

Ao nível do registo contabilístico dos fatos patrimoniais, importa salientar que em 2018 a adoção do novo referencial normativo aplicado a contabilidade pública (SNC-AP), implicando um conjunto de ajustamentos transversal em toda a estrutura contabilística da escola.

Situação Económica

Gastos operacionais

Os Gastos Operacionais, registaram um montante global de 8 544 198,28 EUR.

(cfr. quadro infra).

Gastos operacionais	2025	%	2024	%	Varição	%
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	84 104,25	0,98%	78 628,16	0,96%	5 476,09	6,96%
Fornecimentos e serviços externos	324 633,17	3,80%	365 226,15	4,44%	-40 592,98	-11,11%
Gastos com o pessoal	8 066 476,76	94,41%	7 775 616,24	94,44%	290 860,52	3,74%
Transferências correntes concedidas	43 507,60	0,51%	395,84	0,00%	43 111,76	10891,21%
Prestações sociais concedidas	25 238,68	0,30%	13 444,99	0,16%	11 793,69	87,72%
Provisões do período		-		-		
Outros gastos	237,82	0,00%	-	0,00%	237,82	-
	8 544 198,28	100,00%	8 233 311,38	100,00%	310 886,90	3,78%

Gastos sobre Investimentos	2025	%	2024	%	Varição	Varição %
Gastos de depreciação e de amortização	144 042,40	100,00%	156 501,75	100,00%	-12 459,35	-7,96%
Perdas por imparidade		-		-		
Perdas por reduções de justo valor		-		-		
Total	144 042,40	100,00%	156 501,75	100,00%	-12 459,35	-7,96%

Quadro n.º 4 – Estrutura de Custos Operacionais

No ano económico de 2025, o agrupamento mais representativo na estrutura dos gastos operacionais foi o dos gastos com pessoal, representando 94,41% do total de gastos operacionais e que ascenderam o montante de 8 066 476,76 EUR, seguido dos fornecimentos e serviços externos com 3,80% do total de gastos operacionais, a que correspondeu um montante de 324 633,17 EUR, os custos das mercadorias vendidas e

das matérias consumidas com 84 104,25 EUR com 0,98% do total de gastos operacionais, as transferências correntes concedidas com um montante de 43 507,60 EUR com 0,51% do total de gastos operacionais, as prestações sociais concedidas com um montante de 25 238,68 EUR com 0,30% do total de gastos operacionais, e por fim os outros gastos com um montante 237,82 EUR com 0,00% do total de gastos operacionais.

Os gastos de depreciação e de amortização totalizam um montante de 144 042,40 EUR.

Importante será dizer que não foram constituídas imparidades de dívidas a receber.

Em 2025 não houve gastos não operacionais. (cfr. quadro infra nº 5).

Gastos Financeiros	2025	%	2024	%	Variação	%
Gastos por juros e outros encargos	-	-	38,92	100,00%	-38,92	-100,00%
Total		0,00%	38,92	100,00%	-38,92	-100,00%

Quadro n.º 5 – Estrutura de Gastos não operacionais

Rendimentos operacionais

No ano económico de 2025, os rendimentos operacionais resultantes dos movimentos contabilizados, totalizaram um montante de 8 752 167,18 EUR.

Rendimentos operacionais	2025	%	2024	%	Variação	Variação %
Impostos, contribuições e taxas	190,00	0,00%	305,00	0,00%	-115,00	-37,70%
Vendas	4 197,55	0,05%	5 019,24	0,06%	-821,69	-16,37%
Prestações de serviços e concessões	115 964,70	1,32%	114 968,12	1,37%	996,58	0,87%
Variações nos inventários da produção						-
Trabalhos para a própria entidade						-
Transferências e subsídios correntes obtidos	8 605 710,12	98,33%	8 248 832,76	98,04%	356 877,36	4,33%
Outros rendimentos	26 104,81	0,30%	44 796,59	0,53%	-18 691,78	-41,73%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares						-
Total	8 752 167,18	100,00%	8 413 921,71	100,00%	338 245,47	4,02%

Quadro n.º 6 – Estrutura de Rendimentos Operacionais

Entre os rendimentos operacionais, a categoria de maior destaque foi a de transferências correntes e subsídios à exploração obtidos, que ascendeu o valor de 8 605 710,12 EUR, correspondendo a cerca de 98,33% do total dos rendimentos operacionais.

Os restantes proveitos assumem uma expressão ínfima no cômputo do total dos proveitos. Destaca-se a categoria das prestações de serviços e concessões no montante de 115 964,70 EUR com um peso aproximadamente de 1,32%, seguida de outros rendimentos no montante de 26 104,81 EUR correspondendo a cerca de 0,30%, seguida das vendas no montante de 4 197,55 EUR com um peso de cerca de 0,05%, e por fim de impostos, contribuições e taxas no montante de 190,00 EUR com um peso aproximadamente de 0,00%, (cfr. quadro n.º 6).

Financiamento da atividade

Em 2025 não foram observados gastos nem rendimentos associados ao financiamento da exploração da atividade, facto que se aceita atendendo às limitações colocadas ao nível do endividamento público e às restrições impostas pelas regras da execução orçamental a que as instituições publicas estão sujeitas.

Apuramento dos Resultados

Resultados		2025	2024	Varição	Varição
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	<i>Resultados Operacionais</i>	207 968,90	180 610,33	27 358,57 €	15,15%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	<i>Resultados Financeiros</i>	63 926,50	24 108,58	39 817,92 €	165,16%
Resultado antes de impostos		63 926,50	24 069,66	39 856,84 €	165,59%
Resultado Líquido do Período		63 926,50	24 069,66	39 856,84 €	165,59%

Quadro n.º 7 – Apuramento de Resultado

Dimensão	Indicador	Formula de cálculo	2025	2024	Var %
Liquidez	Liquidez Geral	Ativo corrente (ou CP) / Passivo corrente (ou CP), sendo que: Ativo corrente = Inventários + Créditos de Curto Prazo + Disponibilidades	1,50	1,46	3%
	Liquidez Reduzida	Ativo corrente - Inventários / Passivo corrente (ou CP)	1,47	1,44	2%
	Liquidez Imediata	Disponibilidades (ou meios financeiros líquidos) / Passivo Corrente (ou CP)	0,00	0,00	4%
Rentabilidade	Rentabilidade operacional do Volume de Negócios (ROVN)	Resultados operacionais (EBIT) / Volume de negócios * 100	1,73	1,50	15%
	Taxa de Margem Bruta (TMB)	Margem Bruta / Volume de Negócios * 100, sendo que: Margem bruta = vendas - custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,66	0,61	9%
	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	Resultados Líquidos/ Património Líquido * 100	12,14%	5,28%	130%
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	Resultados operacionais (EBIT) / Ativo * 100	13,3%	12,6%	6%
Atividade	Grau de Rotação do Ativo (GRA)	Volume de Negócios/ Ativo	7,67%	8,36%	-8%
	Prazo Médio de Inventários (PMI)	Saldo Médio Inventários/ Saldo médio Custo das vendas * 365			
	Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	Saldo Médio Clientes / Saldo Médio Volume de Negócios * 365			
	Prazo Médio de Pagamentos (PMR)	Saldo médio Fornecedores/ Saldo médio (Compras + FSE) * 365			
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - Programa Pagar a Tempo e Horas	Saldo médio (Fornecedores + Fornecedores Imobilizado) / Saldo médio (Compras + FSE + Aquisição de Imobilizado) * 365			
Estrutura	Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	33,55%	31,66%	6%
	Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	50,49%	46,34%	9%
Financeira	Grau de cobertura dos gastos financeiros	Resultados operacionais/ Gastos Financeiros	0%	464055%	-100%
	Endividamento	Passivo/Ativo	66,45%	68,34%	-3%

Quadro n.º 8 – Indicadores económico-financeiros

Demonstração de Resultados



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

SNC-AP

APÓS AFURAMENTOS 2025

DIVISA: EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Impostos, contribuições e taxas		190,00	305,00
Vendas		4 197,55	5 019,24
Prestações de serviços e concessões		115 964,70	114 968,12
Transferências e subsídios correntes obtidos	23.5	8 605 710,12	8 248 832,76
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos c			
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos		-84 104,25	-78 628,16
Fornecimentos e serviços externos	23.4	-324 633,17	-365 226,15
Gastos com o pessoal		-8 066 476,76	-7 775 616,24
Transferências e subsídios concedidos		-43 507,60	-395,84
Prestações sociais		-25 238,68	-13 444,99
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	23.6	26 104,81	44 796,59
Outros gastos		-237,82	
Resultados antes de depreciações e resultados financeiros		207 968,90	180 610,33
Gastos/reversões de depreciação e amortização	23.7	-144 042,40	-156 501,75
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		63 926,50	24 108,58
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			-38,92
Resultado antes de impostos		63 926,50	24 069,66
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		63 926,50	24 069,66

Situação Financeira

Balanço



SNC-AP

BALANÇO

APÓS APURAMENTOS 2025

DIVISA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		456 000,33	410 133,07
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis		2 420,36	5 060,48
Ativos biológicos			
Participações financeiras			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber	23.2		
		458 420,69	415 193,55
Ativo corrente			
Inventários		33 286,04	24 951,97
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	23.1		
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	23.2	1 072 742,05	993 876,73
Diferimentos		262,16	262,16
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos		4 582,21	4 169,67
		1 110 872,46	1 023 262,53
Total do ativo		1 569 293,15	1 438 456,08
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		127 199,10	127 199,10
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados		270 184,55	246 114,89
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido		65 194,67	58 100,10
Resultado líquido do período		63 926,50	24 069,66
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
		526 504,82	455 483,75
Total do património líquido		526 504,82	455 483,75
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	23.3		
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Fornecedores			



SNC-AP

BALANÇO

APÓS APURAMENTOS 2025

DIVISA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		4 582,21	4 169,67
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Outras contas a pagar	23.3	1 038 206,12	978 802,66
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Total do passivo		1 042 788,33	982 972,33
Total do património líquido e do passivo		1 042 788,33	982 972,33
		1 589 293,15	1 438 456,08

Lançamentos de abertura do exercício

No âmbito da aplicação do novo normativo contabilístico SNC-AP, as primeiras demonstrações financeiras foram preparadas de forma comparativa de acordo com as NCP relevantes, utilizando os modelos emanados no Manual de Implementação.

3.3 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício apresenta um montante de 63 926,50 EUR, face ao resultado líquido obtido, o Conselho Administrativo propõe a afetação deste resultado à conta de Resultados Transitados.

Câmara de Lobos 27, março de 2026

O Conselho Administrativo,